

((TITULO))PUBLICAÇÃO Nº 121/CMDCA/2018

((TEXTO)) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/SP, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 8069/90, torna pública a Ata de Reunião Extraordinária do dia 15/06/2018.

Ao décimo quinto dia de Junho de dois mil e dezoito, foi realizada a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente da Cidade de São Paulo . CMDCA-SP, no auditório da SMDHC, de acordo com a publicação Nº102/CMDCA/SP/2018 estando presentes os **Conselheiros de Governo:** Eduardo Alex Barbin Barbosa, Jorge Artur Canfield Florianni, Alexandre Macaroni Nardy, Thais Romoli Tavares, Alan Queiroz da Costa, Andreia e Rafael Carvalho Moraes. **Conselheiros da Sociedade Civil:** Eduardo Pedro de Carvalho, Solange Cristina de Castro Sampaio, Rita Luciana. Justificaram: José Armando Hussid.

Com pauta: **1. Diretoria Executiva** 1.1 Posse de Conselheiros Tutelares **2. Comissão Permanente de Garantias de Direitos e Conselhos Tutelares** **CPGDCT** 2.1 Termos de Posse 2.2 Formação para Conselheiros Tutelares 2.3 Calendário de Reuniões com Conselhos Tutelares e Comissão Permanente de Conselhos Tutelares 2.4 PL 560/16 2.5 Plantão de Conselheiros Tutelares 2.6 Projeto de Formação para Conselheiros Tutelares . Instituto Potencial

Às 14h30, em segunda chamada, a vice-presidente cumprimenta os presentes, inicia a leitura da pauta e solicita que os conselheiros registrem presença.

A discussão inicia-se pelo ponto 2, tendo em vista que o presidente ainda não está presente para assinar os termos de posse.

2. Comissão Permanente de Garantias de Direitos e Conselhos Tutelares - CPGDCT

2.1 Termos de Posse

Conselheiro Mauro aponta problemas no conteúdo dos termos de posse, como prazos pré-determinados em caso de afastamento em situações em que ainda cabe recurso e o conselheiro afastado pode voltar a atuar.

Proposta: Preparar uma resolução da CPGDCT permitindo que a posse seja dada e assinada pelo presidente ou vice ad referendum da ordinária.

Votação sobre modelo do termo: aprovado o novo termo . modelo utilizado para servidores da PMSP.

O presidente Eduardo registra sua presença e dá início a posse dos seguintes conselheiros tutelares:

((NG))Conselho Tutelar da região administrativa de Mooca((CL))

Keite Aparecida Tavares de 02/07/2018 a 29/09/2018

((NG))Conselho Tutelar da região administrativa de Perus ((CL))
Suzana Spedine Macedo de 02/07/2018 a 30/08/2018

((NG))Conselho Tutelar da região administrativa de Vila Prudente ((CL))
Sandra Regina Torquette de 02/07/2018 a 28/11/2018

((NG))Conselho Tutelar da região administrativa de Jardim Helena((CL))
Lindinalva Gomes de Brito de 01/07/2011/ a 30/07/2018

((NG))Conselho Tutelar da região administrativa de São Mateus ((CL))
Anderson Luiz Pinheiro de 15/06/2018 a 02/08/2018

((NG))Conselho Tutelar da região administrativa de Aricanduva ((CL))
Jurandir de Souza de 15/06/2018 a 03/10/2018

((NG))Conselho Tutelar da região administrativa de Aricanduva ((CL))
Laudicene Aparecida Ventura de 15/06/2018 a 30/06/2018

((NG))Conselho Tutelar da região administrativa de Guaianases ((CL))
Marivanda Fernandes Silva de 15/06/2018 a 28/09/2018

((NG))Conselho Tutelar da região administrativa de Guaianases ((CL))
Eliza Santos Pereira dos Anjos de 15/06/2018 a 30/06/2018

((NG))Conselho Tutelar da região administrativa de Brasilândia ((CL))
Camila Lima de Almeida por tempo indeterminado a partir de 15/06/2018

2.2 Formação para Conselheiros Tutelares

Conselheiro Jorge Artur expõe a situação da formação de conselheiros tutelares. No momento há três propostas em andamento. Conselheira Luciana questiona o encaminhamento da executiva e a forma como está havendo o encaminhamento, além da falta de resposta formal do departamento de parcerias. Conselheira Solange aponta, porém, que há a informação de que a organização está em processo de conveniamento, faltam documentos.

Conselheira Luciana aponta que CPGDCT tem atas onde constam todas as discussões, sem a presença da CPCA, ou seja, a proposta da Escola do Parlamento, jamais chegou para o Conselho. Conselheiro Mauro aponta que o dinheiro tem destinação vinculada, ou seja, se é destinado a conselheiros tutelares, é destinado a conselheiros tutelares, não para conselheiros de direito e demais atores do SGD, conforme consta no Termo de Referência.

Conselheiro Eduardo aponta que foi realizado um quadro comparativo entre a proposta Fumcad do Instituto Potencial e do Termo de Referência, para garantir que não houvesse sobreposição de verba.

Conselheiro Jorge Artur questiona a resposta do Departamento de Parcerias, solicitando respostas claras. Questiona Luciano, da CPCA, sobre o andamento da proposta da Escola do Parlamento.

Conselheira Tutelar Fernanda, aponta que não houve convocação direta para os conselhos tutelares, por isso a reunião está esvaziada. Aponta que houve uma série de reuniões para tratar da formação com os Conselhos sem a presença do CMDCA, e que quando perguntavam para os coordenadores da reunião onde estava o CMDCA, havia a resposta de que o convite havia sido realizado e o CMDCA não havia respondido. A proposta foi apresentada para os conselheiros tutelares pelo senhor José Neto, da Comissão Permanente de Conselhos Tutelares.

Conselheiro Mauro propõe que seja usado o Termo de Referência e a proposta da Escola do Parlamento e sejam mescladas as propostas, abrangendo o melhor das duas, com certificação, formação permanente, conteúdo do termo de referência, palestrantes renomados contratados com a verba do Conselho e alimentação. Sugere que se toque a proposta da Escola do Parlamento.

Luciano, da CPCA aponta que em todos os momentos houve presença da CPCT nas reuniões para conteúdo. Aponta que conversou com o ex-coordenador Eduardo Pedro para pedir contribuições e que está aberto para discussões e a proposta de junção das propostas. Luciano aponta que houve reunião, que convidou informalmente a CPGDCT. Em nenhum momento, a CPCA tentou parar o Termo de Referência, pois o termo não propôs uma formação permanente, mas sim pontual. Aponta que houve uma proposta da fundação Abrinq, com parceiros renomados, dessa forma haveria a proposta de atividade com o Sr. Edson Seda para o dia 13 de Julho, no salão nobre da câmara, aponta que isso já foi deliberado em reunião da CPGDCT.

Conselheiro Mauro aponta que tudo que for realizado pela Escola do Parlamento não pode constar no projeto FUMCAD e no Termo de Referência por conta de lei municipal.

Conselheira Thaís aponta que a questão deve ser votada e encaminhada, que o embate está dividindo o grupo e que deve haver construção conjunta, devem ser apontadas atribuições. Conselheiro Mauro questiona o que deve ser feito administrativamente para evitar sobreposição de verba. Conselheiro Alan aponta que deve se verificar a legalidade das propostas e que há a questão de encaminhamentos. Vice presidente aponta que é pertinente o questionamento do conselheiro Alan.

Conselheiro Eduardo pergunta de onde sairá o valor da formação e da contratação do Sr. Edson Seda para o evento de 13 de Julho. Luciano aponta que não haverá custos para a secretaria e para o Conselho, que a contratação do Sr. Foi feita pela fundação Abrinq.

Vice presidente Solange aponta que há um impasse. Conselheira Thais aponta que devemos continuar as propostas, que o projeto FUMCAD não interfere nas outras propostas, que a organização responsável deve ser responsável por executar o projeto. Conselheira Luciana aponta que como CPGDCT, as informações estão desencontradas.

Conselheira Solange expõe que havia um eixo específico para fortalecimento do sistema de garantia de direitos e apenas por isso o projeto foi aprovado. Conselheiro Eduardo questiona a origem do dinheiro para a formação da Escola do Parlamento. Conselheiro Mauro questiona qual o conteúdo da formação. Luciano aponta que haverá uma apresentação inicial em 13 de julho e que os demais assuntos serão tratados posteriormente, como instrumental, conferências, alterações no ECA, fiscalização de organizações, orçamento, de 16/07 até 30/07 na Câmara Municipal. Seria então, apenas um chamamento inicial, para exposição. Serão chamados Irandi Pereira, dr. Lélío e outros convidados renomados. Conselheira Thais propõe solicitar que seja encaminhada a solicitação da proposta, que sejam verificadas todas as propostas. E que considerando a necessidade urgente de formação, que o conselho adira como apoiador da formação da Escola do Parlamento, sem ser denominado realizador.

Conselheira Solange aponta que na reunião da CPGDCT na semana anterior foi referendada a parceria para o evento de 13 de julho e os próximos e que ela não entende os posicionamentos dos conselheiros nessa reunião. Conselheiro Alan aponta que é necessário mandar as propostas para o jurídico questionando a possibilidade de realizá-las e somente após encaminhar a proposta.

Proposta de encaminhamento: Conselheira Solange aponta como encaminhamento uma consulta no jurídico para a próxima reunião da CPGDCT.

Votação: Proposta da conselheira Thais: Que o CMDCA seja apoiador da proposta da escola do parlamento e leve paralelamente a discussão. Favoráveis: Thais, Edmarcos e Jorge Artur. Proposta do conselheiro Alan de encaminhamento para o jurídico para consulta: Favoráveis: Solange, Alan, Luciana, Rafael e Solange. O questionamento apresentado será: É possível o CMDCA aderir ao projeto FUMCAD e ao Termo de Referência ao mesmo tempo, sem significar sobreposição de verba?

Calendário de reuniões da CPGDCT: Já foi aprovado em Reunião Ordinária anterior.

PL/560: Houve uma nova emenda substitutiva, que sofreu críticas da Comissão Permanente de Conselhos Tutelares, enviada e que será encartada no processo e enviada para a Câmara. Conselheira Solange aponta que o processo foi encaminhado

para a diretoria plena. Após, encaminhar o parecer da assessoria técnica e a solicitação da permanente para ciência dos conselheiros.

GT Plantão: Proposta de indicação do CMDCA: Jorge Artur da SMADS, Clóvis da SME, Solange Sampaio e Edmarcos pela sociedade civil. Encaminhar para a SMDHC fazer as indicações. Há a sugestão de solicitar alguém do RH pela SMDHC.

Inclusão de pauta: representações de formação de conselheiros.

Foi realizado pelo CMDCA um evento do dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil em 12 de junho de 2018 com pouca adesão dos ctq. Haverá outra discussão com data ainda a ser divulgada.

Aprovação da representação de um conselheiro por conselho tutelar em viagem para formação no Pará, ao invés de dois, conforme artigo 3º da resolução 104 de 2013.

Ida de conselheiros de direito para as reuniões do CONANDA será encaminhada após a entrega de novo termo de referência.

Vice-presidente Solange Sampaio sugere que sejam realizadas convocações em D.O.C. dos Conselheiros Tutelares para eventos do Conselho. A sugestão é acatada pelo Conselho.

Sem nada mais a tratar, a reunião encerra-se às 17h27.